

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 4. ^a EDIÇÃO	7
PREFÁCIO À 3. ^a EDIÇÃO	11
NOTA À 2. ^a EDIÇÃO	15
PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO	17
NÓTA DA AUTORA À 7. ^a EDIÇÃO.....	19
NOTA DA AUTORA À 6. ^a EDIÇÃO	21
NOTA DA AUTORA À 5. ^a EDIÇÃO.....	23
INTRODUÇÃO	37
1. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E SUA REPERCUSSÃO NOS PRINCÍPIOS DE DIREITO PROCESSUAL E DE DIREITO TRIBUTÁRIO.....	41
1.1 Princípio da certeza do direito, também denominado princípio da segurança jurídica.....	44
1.2 Princípio da igualdade.....	51
1.3 Princípio da legalidade.....	57
1.4 Princípio da irretroatividade das leis.....	64
1.5 Princípio da anterioridade da lei tributária e da anterioridade nonagesimal das contribuições sociais	71
1.6 Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, ou princípio do pleno acesso ao Judiciário, também denominado princípio da universalidade da jurisdição	77
1.7 Princípio do devido processo legal e princípio do contraditório	82
1.7.1 O art. 188 do CPC	93
1.7.2 O art. 191 do CPC.....	96
1.7.3 O art. 475 do CPC.....	99
1.7.4 Os Juizados Especiais.....	102
1.7.5 O § 3.º do art. 475 e o art. 557 do CPC. A súmula vinculante	108
1.7.6 Os arts. 506, 515 e 518 do CPC.....	111

1.8	Outros princípios constitucionais	113
1.8.1	Princípio que afirma o direito de propriedade	113
1.8.2	Princípio da liberdade de trabalho, ofício ou profissão.....	114
1.8.3	Princípio do direito de petição	115
1.8.4	Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e da indisponibilidade do interesse público	115
1.9	Outros princípios tributários.....	117
1.9.1	Princípio da tipicidade	117
1.9.2	Princípio da proibição de tributo com efeito de confisco	118
1.9.3	Princípio da vinculabilidade da tributação	120
1.9.4	Princípio da capacidade contributiva.....	120
1.10	Conclusões	122
2.	CONFLITO DE INTERESSES EM ESFERA TRIBUTÁRIA.....	123
3.	O DIREITO DE AÇÃO E SUA REPERCUSSÃO EM TEMAS TRIBUTÁRIOS.....	130
4.	AS CONDIÇÕES DA AÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	142
4.1	Generalidades.....	142
4.2	Posição do Código em face das teorias sobre o direito de ação à luz de suas condições.....	144
4.2.1	Antecedentes históricos	144
4.2.2	A teoria civilística da ação.....	145
4.2.3	A teoria da ação como direito abstrato.....	146
4.2.4	A teoria da ação como direito concreto ou potestativo.....	148
4.3	Críticas	149
4.4	A decisão de carência da ação e a faculdade de repropô-la outorgada pelo art. 268 do CPC	151
4.5	Conclusões	155
5.	A POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO	158
5.1	Generalidades.....	158
5.2	Impossibilidade jurídica do pedido e mérito	160
5.3	A possibilidade jurídica do pedido e sua hierarquia, no plano lógico, em relação às demais condições da ação.....	161

5.4. A possibilidade jurídica do pedido em ação tributária.....	165
5.4.1 Em relação aos pedidos mediato e imediato	165
5.4.2 Em relação à licitude ou ilicitude do fato jurídico que motiva a hipótese de incidência – A elisão – O planejamento tributário.....	167
6. A LEGITIMIDADE DAS PARTES.....	176
6.1 Generalidades.....	176
6.2 Distinção entre capacidade processual e legitimidade processual. A legitimação extraordinária	180
6.3 As partes da ação tributária	187
7. O INTERESSE PROCESSUAL.....	192
7.1 Generalidades.....	192
7.2 O interesse processual dirige-se às partes ativa e passiva.....	197
7.3 O interesse é jurídico-processual e decorre do sistema.....	198
7.4 O interesse pode alterar-se no curso do processo	200
7.5 O interesse processual para contestar	202
7.6 O interesse processual especificamente em ações tributárias.....	204
7.6.1 Diante das normas impositivas	204
7.6.2 Diante da ação declaratória	208
8. O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.....	213
8.1 O processo administrativo tributário	213
8.1.1 Traços distintivos entre o processo administrativo tributário e o processo judicial tributário e suas características próprias	220
8.1.2 Princípios que regulam o processo e o procedimento tributário.....	227
8.1.2.1 O princípio da legalidade	229
8.1.2.2 O princípio da impessoalidade.....	231
8.1.2.3 O princípio da moralidade	232
8.1.2.4 O princípio da publicidade.....	234
8.1.2.5 O princípio da eficiência	237
8.1.2.6 O princípio da finalidade.....	238

8.1.2.7	O princípio da motivação.....	239
8.1.2.8	O princípio da razoabilidade.....	240
8.1.2.9	O princípio da proporcionalidade.....	241
8.1.2.10	Os princípios da ampla defesa e do contraditório...	242
8.1.2.11	O princípio da segurança jurídica.....	243
8.1.2.12	Os princípios do interesse público e da eficiência ..	244
8.1.2.13	Demais princípios informadores do processo ad- ministrativo.....	245
8.1.3	A coexistência de curso dos processos administrativo e judi- cial em matéria tributária.....	245
8.1.4	A admissibilidade do recurso de decisão proferida em ins- tância administrativa não pode ser subordinada a qualquer condicionante.....	247
8.1.5	O arrolamento de bens e direitos.....	249
8.1.6	A multa por descumprimento de obrigações tributárias. Sua valoração em relação ao princípio da não confiscatoriedade..	255
8.1.7	A desconsideração de atos ou negócios jurídicos pela autori- dade administrativa (CTN, art. 116, parágrafo único).....	259
8.1.8	Os reflexos da alteração da legislação relativa ao procedimen- to administrativo, decorrentes da MP 449, de 03.12.2008 convertida na Lei 11.941/2009.....	262
8.1.9	A denúncia espontânea.....	264
9.	AS REPERCUSSÕES DE DISPOSITIVOS DO CPC VERSANDO SOBRE UNIFORMIDADE DE DECISÕES JUDICIAIS – A SÚMULA VINCULAN- TE – OS EFEITOS DOS RECURSOS DE APELAÇÃO – ESPECIAL E EX- TRAORDINÁRIO.....	268
9.1	O art. 285-A do CPC.....	268
9.2	O tratamento legislativo dado ao recebimento dos recursos.....	273
9.2.1	O art. 557 e § 1.º-A do CPC como gerador dos efeitos da sù- mula vinculante. A súmula vinculante. O parágrafo único do art. 741 do CPC como medida de desconstituição da coisa julgada material.....	273
9.2.1.1	O art. 557 e § 1.º-A do CPC.....	273
9.2.1.2	A súmula vinculante.....	274

9.2.1.3	O parágrafo único do art. 741 do CPC.....	276
9.2.2	As repercussões decorrentes da inclusão dos §§ 1.º e 2.º no art. 518 do CPC sobre o recurso de apelação	280
9.2.3	O procedimento para julgamento de recursos especiais “repetitivos” no Superior Tribunal de Justiça.....	282
9.2.4	A repercussão geral no recurso extraordinário	286
9.2.4.1	Requisito de admissibilidade (Lei 11.418/2006).....	286
9.2.4.2	Fundamentos do pressuposto da repercussão geral no recurso extraordinário	287
9.2.4.3	Competência para decisão da repercussão geral	287
9.2.4.4	Análise da repercussão geral diante de multiplicidade de recursos extraordinários fundados em idêntica controvérsia – Sua aplicação em matéria tributária	288
9.2.4.5	A irrecorribilidade da decisão que afirma ou nega a repercussão geral	290
9.2.4.6	Escopo do pressuposto da repercussão geral – o <i>amicus curiae</i> – sua aplicação com eficácia futura... ..	292
10.	AS AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: O MANDADO DE SEGURANÇA	293
10.1	O processo judicial tributário.....	293
10.2	A sanção política como meio de forçar recolhimento de tributo	294
10.3	O mandado de segurança	296
10.3.1	O mandado de segurança em matéria tributária – Origem – Tratamento vigente – Prazo – Valor da causa – Prioridade para julgamento	296
10.3.1.1	Origem.....	296
10.3.1.2	O tratamento vigente.....	297
10.3.1.3	O prazo.....	299
10.3.1.4	O valor da causa	302
10.3.1.5	Prioridade para julgamento	303
10.3.2	O mandado de segurança preventivo	303
10.3.3	O mandado de segurança impetrado contra ato consumado..	307

10.3.4 Partes	308
10.3.4.1 Parte ativa.....	308
10.3.4.2 Parte passiva	310
10.3.5 A operatividade e a eficácia do ato alvo da impetração	316
10.3.6 A liminar em mandado de segurança. A constituição de contracautela pelo impetrante	320
10.3.7 Procedimento.....	330
10.3.8 A liminar em mandado de segurança de competência originária dos tribunais	333
10.3.9 A suspensão da liminar.....	337
10.3.10 O provimento atribuído pela sentença	338
10.3.11 As relações jurídicas tributárias continuativas e a Súmula 239 do STF.....	341
10.3.12 Os recursos em mandado de segurança e a legitimidade para recorrer quando a sentença é desfavorável à autoridade coatora. O efeito dos recursos em mandado de segurança.....	346
10.3.13 A apelação	350
10.3.14 O agravo de instrumento e o mandado de segurança contra ato judicial	355
10.3.15 Os embargos infringentes	360
10.3.16 O recurso ordinário	364
10.3.17 A coisa julgada em mandado de segurança de natureza individual. A possibilidade de desistência do mandado de segurança	368
10.3.18 O mandado de segurança coletivo e os interesses difusos.....	375
10.3.19 O mandado de segurança e os interesses coletivos.....	378
10.3.19.1 Legitimidade.....	378
10.3.19.2 Natureza dos direitos em discussão.....	383
10.3.19.3 Temas tributários em sede de mandado de segurança coletivo	384
10.3.19.4 A coisa julgada em mandado de segurança coletivo	389
10.3.20 Análise conclusiva do tratamento do mandado de segurança coletivo na Lei 12.016/2009	391

11. AS AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: AÇÃO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO – COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS – AÇÃO DECLARATÓRIA – AÇÃO ANULATÓRIA – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	393
11.1 A ação de repetição de indébito	394
11.1.1 Cabimento. Juros e correção monetária. A taxa SELIC.....	394
11.1.2 Legitimidade.....	400
11.1.3 Interesse processual	402
11.1.4 A execução da sentença proferida em ação de repetição do indébito. A correção monetária e os juros incidentes sobre o valor postulado	406
11.1.5 A cláusula <i>solve et repete</i>	413
11.2 A compensação de créditos tributários	414
11.2.1 Generalidades.....	414
11.2.2 A compensação de tributos na instância administrativa	415
11.2.3 A compensação de tributos na instância judicial	419
11.2.4 Princípios constitucionais informadores da compensação	420
11.2.5 Compensação e lançamento de créditos tributários. Condições para exercer a compensação de créditos tributários....	423
11.2.6 O art. 170-A do CTN.....	429
11.2.7 A declaração da compensação efetuada e a manifestação de inconformidade.....	433
11.2.8 A compensação de créditos tributários e o mandado de segurança	435
11.2.9 Compensação de créditos tributários em medida cautelar e em antecipação dos efeitos da tutela.....	439
11.2.10 Compensação de créditos tributários em fase de execução da sentença	443
11.2.11 A antecipação dos efeitos da tutela em face do Poder Público, por força de omissões ou de atos ilegais ou abusivos praticados pela Administração	446
11.3 O depósito constituído em vias judicial e extrajudicial	454
11.4 Restituição em instância administrativa.....	456
11.5 Breves considerações sobre a medida provisória que verse sobre matéria tributária diante do art. 62 da CF	457

11.5.1	Relativamente às espécies tributárias.....	457
11.5.2	Relativamente às demais obrigações e direitos decorrentes da legislação tributária.....	460
11.6	A lei complementar em matéria tributária.....	462
11.7	A ação declaratória.....	467
11.7.1	Generalidades.....	467
11.7.2	A ação declaratória em matéria tributária. A antecipação dos efeitos da tutela. A ação declaratória incidental.....	469
11.7.3	A antecipação dos efeitos da tutela.....	474
11.7.4	A ação declaratória incidental.....	474
11.8	A ação anulatória.....	476
11.8.1	Generalidades.....	476
11.8.2	Distinção entre ação anulatória de débito fiscal e ação declaratória negativa.....	480
11.8.3	O depósito da quantia em discussão como meio de impedir o ajuizamento de execução fiscal.....	482
11.8.4	Conexão entre a ação anulatória de débito fiscal e a execução fiscal.....	484
11.9	A ação de consignação em pagamento.....	490
11.9.1	Generalidades.....	490
11.9.2	Legitimidade ativa e passiva.....	493
11.9.3	O depósito constituído extrajudicialmente.....	496
11.9.4	Foro competente.....	498
11.9.5	Procedimento.....	499
11.9.6	Natureza jurídica da sentença.....	501
12.	A MEDIDA CAUTELAR – A AÇÃO MONITÓRIA.....	503
12.1	A medida cautelar.....	503
12.1.1	O processo cautelar. Generalidades.....	503
12.1.2	A liminar dotada de natureza satisfativa.....	505
12.1.3	A liminar concedida em face da Fazenda Pública.....	509
12.1.4	A medida cautelar requerendo a constituição de depósito.....	515
12.1.5	A medida cautelar requerendo caução para obter certidão de regularidade fiscal, na pendência da propositura da execução fiscal pela Fazenda Pública.....	518

12.1.6	A medida cautelar requerida ao tribunal.....	520
12.2	A ação monitória.....	524
12.2.1	Procedimento, defesa e recursos cabíveis.....	524
12.2.2	Cabimento em face da Fazenda Pública.....	530
13.	AS AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: A EXECUÇÃO FISCAL, A DEFESA DO EXECUTADO E A MEDIDA CAUTELAR.....	534
13.1	A execução fiscal e a defesa do executado.....	534
13.1.1	Considerações sobre o procedimento objeto da Lei 6.830/80.....	534
13.1.2	A aplicação das normas introduzidas no processo de execução do CPC pela Lei 11.382/2006, no rito da execução fiscal regulada pela Lei 6.830/80.....	536
13.1.3	A dívida ativa da Fazenda Pública e de suas autarquias.....	539
13.1.4	O requerimento de emenda ou de substituição da certidão da dívida ativa pela Fazenda Pública.....	542
13.1.5	A extinção da execução fiscal motivada pelo cancelamento da inscrição da dívida ativa, antes do julgamento dos embargos em primeira instância.....	545
13.1.6	A legitimidade em execução fiscal.....	547
13.1.7	A responsabilidade tributária e seus efeitos na execução fiscal.....	549
13.1.8	A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça quanto à responsabilidade secundária de administradores e sócios da pessoa jurídica executada.....	561
13.1.9	O interesse de agir na execução fiscal.....	565
13.1.10	Características da execução fiscal.....	566
13.1.10.1	A Certidão da Dívida Ativa – O documento de declaração de débito feito pelo contribuinte, dotado de força para acarretar a inscrição em dívida ativa, independente de qualquer notificação (exs.: DCTF, GFIP, GIA etc.).....	566
13.1.10.2	O protesto da certidão da dívida ativa.....	569
13.1.10.3	Breves comentários sobre os procedimentos da execução contra devedor solvente segundo as normas do CPC e da execução fiscal segundo as normas da Lei 6.830/80.....	570

13.1.11 A prescrição da ação de execução fiscal – A prescrição intercorrente.....	575
13.1.12 Os atos atentatórios à dignidade da Justiça	579
13.1.13 A execução por carta.....	579
13.1.14 A limitação da alçada por força do valor da execução fiscal... ..	580
13.2 A defesa do executado.....	583
13.2.1 Os embargos do devedor.....	585
13.2.1.1 Natureza jurídica e prazo	585
13.2.1.2 Matéria objeto de defesa. Requerimento de antecipação dos efeitos da tutela	586
13.2.1.3 Os honorários advocatícios – O encargo objeto do Dec.-lei 1.025/69.....	590
13.2.1.4 A legitimidade nos embargos do devedor	594
13.2.1.5 A constituição de garantia da execução como condição para oposição dos embargos.....	596
13.2.1.6 O depósito	598
13.2.1.7 A fiança bancária	598
13.2.1.8 A nomeação de bens à penhora	600
13.2.1.9 Penhora sobre bem impenhorável por força da lei..	600
13.2.1.10 Penhora sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola (Lei 6.830/80, art. 11, § 1.º)	601
13.2.1.11 A penhora sobre o faturamento	602
13.2.1.12 Penhora sobre Ações e quotas de sociedades empresárias e outros direitos	605
13.2.1.13 A penhora <i>on line</i> . Penhora de dinheiro (Lei 6.830/80, art. 11, I)	606
13.2.1.14 A penhora sobre navio e aeronave (Lei 6.830/80, art. 11, V).....	607
13.2.1.15 Demais bens contidos no art. 11 da Lei 6.830/80...	608
13.3 A exceção de pré-executividade, também denominada objeção de pré-executividade.....	609
13.3.1 A repercussão, no incidente, das alterações no CPC, efetuadas pela Lei 11.382/2006	609

13.3.2	Causas que a admitem.....	611
13.3.3	Procedimento. Prazo. Recursos.....	616
13.4	A medida cautelar fiscal	620
13.4.1	Cabimento.....	620
13.4.2	Objetivo: a indisponibilidade de bens do devedor.....	623
13.4.3	Procedimento	626
13.4.4	A defesa do requerido	628
13.4.5	Eficácia da liminar.....	629
13.4.6	A medida cautelar fiscal e o arrolamento de bens.....	632
13.4.7	Recursos cabíveis	634
13.4.8	Consequências	636
13.5	A execução contra a Fazenda Pública	636
13.5.1	O título objeto de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública.....	640
14.	A DECADÊNCIA E A PRESCRIÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	646
14.1	Distinção entre decadência e prescrição no direito privado	646
14.2	A prescrição em ação declaratória versando sobre matéria tributá- ria	651
14.3	A decadência e a prescrição no direito tributário	653
14.4	As modalidades de lançamento do crédito tributário e a decadência e a prescrição. A constituição do crédito tributário mediante docu- mento pelo qual o contribuinte apura o valor devido (DCTF, GFIP, GIA etc.). O depósito judicial convertido em renda.....	659
14.5	Crédito tributário com exigibilidade suspensa por constituição de depósito judicial.....	662
14.6	A Lei Complementar 118/2005.....	662
14.7	A prescrição da ação do contribuinte.....	668
14.8	A prescrição da ação da Fazenda Pública.....	669
14.9	A prescrição e a decadência em matéria previdenciária.....	673
15.	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CRIMES RESULTANTES DE CONDUTAS CONTRÁRIAS AO CUMPRIMENTO DE NORMAS TRIBU- TÁRIAS DOTADAS DE CONSEQUÊNCIAS DE ORDEM PENAL	680
15.1	Os crimes contra a ordem tributária, a ordem econômica e as rela- ções de consumo (Leis 8.137/90 e 9.983/2000)	680

15.2 A extinção da punibilidade (Leis 8.137/90, 9.249/95, 9.430/96, 10.684/2003 e 11.941/2009).....	685
15.3 O lançamento definitivo do crédito tributário contestado pelo contribuinte em instância administrativa é causa imprescindível para caracterizar o crime fiscal?	691
15.4 Os crimes contra o sistema financeiro nacional.....	699
16. REFLEXÕES FINAIS	701
BIBLIOGRAFIA	711
ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO CITADA.....	733
ÍNDICE ONOMÁSTICO	765
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	775